

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	15
---	----

Notas Explicativas	20
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	54
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	57
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	58
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	67.717.178
Preferenciais	40.991.800
Total	108.708.978
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	871.508	385.926	361.634
1.01	Ativo Circulante	554.488	70.956	36.416
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.451	60.003	23.357
1.01.02	Aplicações Financeiras	540.640	0	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	540.640	0	0
1.01.02.01.03	Investimento de curto prazo	540.640	0	0
1.01.03	Contas a Receber	10.181	10.168	11.394
1.01.03.01	Clientes	10.181	10.168	11.394
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.200	761	1.633
1.01.07.01	Adiantamento a fornecedores	751	377	0
1.01.07.02	Despesas pagas antecipadamente	449	384	1.633
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	16	24	32
1.01.08.03	Outros	16	24	32
1.02	Ativo Não Circulante	317.020	314.970	325.218
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	636	7.897	9.833
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	0	6.960	7.756
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	0	6.960	7.756
1.02.01.07	Tributos Diferidos	50	50	130
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	50	50	130
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	586	887	1.947
1.02.01.10.03	Outros ativos	586	887	1.947
1.02.03	Imobilizado	291.900	301.676	309.910
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	287.556	296.975	305.485
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	4.344	4.701	4.425
1.02.04	Intangível	24.484	5.397	5.475
1.02.04.01	Intangíveis	24.484	5.397	5.475
1.02.04.01.02	Intangível em Operação	24.470	5.397	5.475
1.02.04.01.03	Intangível em Andamento	14	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	871.508	385.926	361.634
2.01	Passivo Circulante	30.272	82.763	32.949
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	684	649	567
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	684	649	567
2.01.01.02.01	Salários e férias a pagar	684	649	567
2.01.02	Fornecedores	2.343	7.269	4.852
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.879	2.584	2.479
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.879	2.584	2.479
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	3.682	1.318	1.172
2.01.03.01.02	Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	105	153	151
2.01.03.01.03	PIS e COFINS	1.032	1.027	925
2.01.03.01.04	Outros	60	86	231
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	12.434	17.780	15.982
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	12.434	17.780	15.982
2.01.05	Outras Obrigações	9.932	54.481	9.069
2.01.05.02	Outros	9.932	54.481	9.069
2.01.05.02.04	Dividendos declarados	8.176	52.613	6.417
2.01.05.02.05	Uso do bem público	450	450	451
2.01.05.02.06	Encargos setoriais	1.249	1.369	2.132
2.01.05.02.07	Arrendamentos	57	49	69
2.02	Passivo Não Circulante	611.870	99.875	105.288
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	599.547	91.621	97.612
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	599.547	91.621	97.612
2.02.02	Outras Obrigações	6.310	5.224	5.394
2.02.02.02	Outros	6.310	5.224	5.394
2.02.02.02.03	Uso do bem público	4.264	3.528	3.646
2.02.02.02.04	Outras obrigações	1.554	1.554	1.554
2.02.02.02.05	Arrendamentos	492	142	194

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.02.03	Tributos Diferidos	6.013	0	0
2.02.04	Provisões	0	3.030	2.282
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	3.030	2.282
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	0	3.002	1.693
2.02.04.01.05	Provisões Trabalhista	0	28	589
2.03	Patrimônio Líquido	229.366	203.288	223.397
2.03.01	Capital Social Realizado	168.270	168.270	168.270
2.03.04	Reservas de Lucros	61.096	35.018	55.127
2.03.04.01	Reserva Legal	7.068	5.346	4.042
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	54.028	29.672	51.085

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	81.953	76.014	77.812
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-19.641	-35.851	-34.625
3.02.01	Custos dos serviços prestados	-19.440	-19.176	-17.030
3.02.02	Compra de energia elétrica	-8.974	-6.658	-7.582
3.02.03	Depreciação e amortização	-10.070	-9.934	-9.930
3.02.04	Utilização do bem público - UBP	-78	-83	-83
3.02.05	(-) Recuperação de custo - Extensão da concessão	18.921	0	0
3.03	Resultado Bruto	62.312	40.163	43.187
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.655	-3.093	-3.544
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.540	-1.062	-899
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	43	160	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.158	-2.191	-2.645
3.04.05.01	Pessoal	-1.710	-1.875	-2.234
3.04.05.02	Honorários da diretoria e conselho de administração	-338	-246	-307
3.04.05.03	Depreciação e amortização	-110	-70	-104
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	57.657	37.070	39.643
3.06	Resultado Financeiro	-10.897	-8.455	-10.592
3.06.01	Receitas Financeiras	9.593	128	739
3.06.02	Despesas Financeiras	-20.490	-8.583	-11.331
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	46.760	28.615	29.051
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-12.337	-2.528	-2.745
3.08.01	Corrente	-5.904	-2.528	-2.745
3.08.02	Diferido	-6.433	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	34.423	26.087	26.306
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	34.423	26.087	26.306
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,3167	0,24	0,242

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.99.01.02	PN	0,3167	0,24	0,242
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,3167	0,24	0,242
3.99.02.02	PN	0,3167	0,24	0,242

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	34.423	26.087	26.306
4.03	Resultado Abrangente do Período	34.423	26.087	26.306

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	36.753	49.867	44.263
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	48.910	49.462	53.292
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	46.760	28.615	29.051
6.01.01.02	Depreciação e amortização	10.258	10.086	10.117
6.01.01.03	Encargos de dívidas	19.267	7.940	10.228
6.01.01.04	Repactuação do risco hidrológico	0	1.274	2.547
6.01.01.05	Outras variações monetárias líquidas	1.239	343	1.092
6.01.01.06	Receita de aplicações financeiras	-9.550	0	-292
6.01.01.07	Perdas na baixa de imobilizado	0	18	301
6.01.01.08	Provisão e estorno para contingências	-28	748	0
6.01.01.09	Extensão da concessão	-18.921	0	0
6.01.01.10	Baixa depósitos judiciais	-115	438	248
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-9.463	2.767	-6.619
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-13	1.226	-653
6.01.02.02	Tributos e contribuições sociais a compensar	0	80	-167
6.01.02.03	Depósitos judiciais	0	-10	374
6.01.02.04	Despesas pagas antecipadamente	-65	-25	-483
6.01.02.05	Outros ativos circulantes e não circulantes	-485	263	-760
6.01.02.06	Fornecedores	-4.926	2.420	-2.846
6.01.02.07	Taxas regulamentares e setoriais	-120	-762	134
6.01.02.08	Salários, férias e encargos sociais	-35	83	58
6.01.02.09	Impostos e contribuições sociais a recolher	-2.295	-66	236
6.01.02.10	Provisões de contingências	-3.002	0	0
6.01.02.11	Outros passivos circulantes e não circulantes	1.478	-442	-2.512
6.01.03	Outros	-2.694	-2.362	-2.410
6.01.03.01	Impostos e contribuições pagos sobre o lucro	-2.694	-2.362	-2.410
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-524.696	-1.003	-3.137
6.02.01	Resgate de investimento de curto prazo	172.032	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.02.02	Aplicações em investimento de curto prazo	-703.122	0	0
6.02.03	Resgate em títulos e valores mobiliários	7.162	972	9.576
6.02.04	Aplicações em títulos e valores mobiliários	-202	-176	-8.077
6.02.05	Adições no imobilizado	-190	-1.788	-4.612
6.02.06	Adições no intangível	-376	-11	-24
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	430.391	-12.218	-32.627
6.03.01	Pagamentos de dividendos	-52.783	0	-7.045
6.03.02	Captação de debêntures	599.451	0	0
6.03.03	Amortização de principal arrendamentos	-106	-67	-62
6.03.04	Amortização de juros de arrendamentos	-33	-18	-26
6.03.05	Amortização de principal do financiamento	-109.073	-8.115	-15.610
6.03.06	Amortização de juros do financiamento	-7.065	-4.018	-9.884
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-57.552	36.646	8.499
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	60.003	23.357	14.858
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.451	60.003	23.357

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	168.270	0	35.018	0	0	203.288
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	168.270	0	35.018	0	0	203.288
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-169	-8.176	0	-8.345
5.04.06	Dividendos	0	0	-169	-8.176	0	-8.345
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	34.423	0	34.423
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	34.423	0	34.423
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	26.247	-26.247	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	1.721	-1.721	0	0
5.06.05	Lucro Remanescente a Disposição da Assembleia	0	0	24.526	-24.526	0	0
5.07	SalDOS Finais	168.270	0	61.096	0	0	229.366

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	168.270	0	55.127	0	0	223.397
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	168.270	0	55.127	0	0	223.397
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-40.000	-6.196	0	-46.196
5.04.06	Dividendos	0	0	-40.000	-6.196	0	-46.196
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	26.087	0	26.087
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	26.087	0	26.087
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	19.891	-19.891	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	1.304	-1.304	0	0
5.06.05	Lucro Remanescente a Disposição da Assembleia	0	0	18.587	-18.587	0	0
5.07	Saldos Finais	168.270	0	35.018	0	0	203.288

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	168.270	0	35.238	0	0	203.508
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	168.270	0	35.238	0	0	203.508
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-6.417	0	-6.417
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-6.417	0	-6.417
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	26.306	0	26.306
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	26.306	0	26.306
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	19.889	-19.889	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	1.352	-1.352	0	0
5.06.05	Lucro Remanescente a Disposição da Assembleia	0	0	18.537	-18.537	0	0
5.07	SalDOS Finais	168.270	0	55.127	0	0	223.397

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	86.171	80.043	81.746
7.01.02	Outras Receitas	86.171	80.043	81.746
7.01.02.01	Suprimento de energia e Ajuste positivo CCEE	86.128	79.883	81.746
7.01.02.02	Outras Receitas	43	160	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-10.554	-25.469	-24.164
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.751	-4.930	-4.809
7.02.04	Outros	-3.803	-20.539	-19.355
7.02.04.01	Encargos do uso da rede elétrica	-6.992	-6.512	-6.176
7.02.04.02	Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	-1.353	-1.586	-1.928
7.02.04.03	Outros custos operacionais	-5.405	-5.783	-3.669
7.02.04.04	Energia elétrica comprada para revenda	9.947	-6.658	-7.582
7.03	Valor Adicionado Bruto	75.617	54.574	57.582
7.04	Retenções	-10.258	-10.087	-10.117
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-10.258	-10.087	-10.117
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	65.359	44.487	47.465
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	9.593	128	739
7.06.02	Receitas Financeiras	9.593	128	739
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	74.952	44.615	48.204
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	74.952	44.615	48.204
7.08.01	Pessoal	2.915	2.882	3.261
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.182	2.198	2.458
7.08.01.02	Benefícios	572	499	608
7.08.01.03	F.G.T.S.	161	185	195
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	17.044	6.995	7.204
7.08.02.01	Federais	17.044	6.995	7.204
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	20.570	8.651	11.433
7.08.03.01	Juros	19.300	7.958	10.254
7.08.03.02	Aluguéis	80	68	102

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.08.03.03	Outras	1.190	625	1.077
7.08.03.03.01	Outras despesas financeiras	1.190	625	1.077
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	34.423	26.087	26.306
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	34.423	26.087	26.306

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho*Foz do Rio Claro Energia S.A.
Demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2021***Relatório da Administração****Aos acionistas**

A Administração da Foz do Rio Claro Energia S.A. (“Companhia”), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da Administração e as demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, compreendendo o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações contábeis do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo naquela data, e as respectivas notas explicativas às demonstrações contábeis, acompanhadas do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

1. Breve histórico da Companhia

A Foz do Rio Claro Energia S.A foi constituída em 26 de janeiro de 2006.

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE constituída pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), cuja concessão foi obtida pela Alupar no leilão de geração de energia nova 002/2005 (“Leilão”), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em dezembro de 2005, localizada na capital do Estado de São Paulo, que tem por objeto social a construção, operação e exploração do potencial de energia hidráulica localizada no Rio Claro, localizado entre os municípios de São Simão e Caçu, no Estado de Goiás, denominado Usina Hidrelétrica Eng. José Luiz Muller de Godoy Pereira (antiga Foz do Rio Claro), bem como das respectivas instalações de interesse restrito à central geradora e a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida.

Em 15 de agosto de 2006, foi firmado entre a Companhia e a União o Contrato de Concessão nº 005/2006 – MME – UHE Foz do Rio Claro, que concede a Companhia o direito de explorar o empreendimento pelo prazo de 35 anos (até 14 de agosto de 2041).

A contratação de energia foi efetuada no Ambiente de Comercialização Regulado ACR, assim a Companhia assinou contrato de venda de energia com 31 (trinta e uma) distribuidoras que participaram do leilão.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho*Foz do Rio Claro Energia S.A.
Demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2021*

O mapa a seguir ilustra a localização do empreendimento:



A Companhia conta com duas unidades geradoras de energia, cujas entradas em operação são apresentadas a seguir:

Unidades geradoras	Ínicio da operação comercial	Ínicio da operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência instalada (MW)	Garantia física total (MW médios)
1ª	05 de agosto de 2010	04 de agosto de 2010	nº 2.252	34,2 MW (megawatts)	19,5 MW (megawatts)
2ª	02 de dezembro de 2010	01 de dezembro de 2010	nº 3.682	34,2 MW (megawatts)	19,5 MW (megawatts)
				68,4 MW (megawatts)	39 MW (megawatts)

2. Governança corporativa

A Companhia pauta o desenvolvimento de suas atividades em elevados padrões de governança corporativa.

Estão incluídos na estrutura de governança corporativa da Companhia:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por 5 (cinco) membros, eleitos na Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, admitida a reeleição por igual período.

Diretoria estatutária

A diretoria estatutária exerce a gestão dos negócios, seguindo as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, e é composta pelos diretores:

- (i) financeiro;
- (ii) administrativo, e
- (iii) técnico.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho*Foz do Rio Claro Energia S.A.
Demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2021***Conselho fiscal**

Nos termos do Estatuto Social, a Companhia poderá ter um Conselho Fiscal não permanente, o qual exercerá as atribuições impostas pela Lei das Sociedades por Ações e demais regulamentações aplicáveis, e que somente será instalado nos exercícios sociais em que assim solicitarem os acionistas, nos casos previstos em lei. O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, acionistas ou não, residentes no país, sendo admitida a reeleição. Nos exercícios sociais em que a instalação do Conselho Fiscal for solicitada, a Assembleia Geral elegerá seus membros e indicará um deles para o cargo de presidente do Conselho Fiscal, bem como estabelecerá a respectiva remuneração, sendo que o mandato dos membros terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após sua instalação.

Até 31 de dezembro de 2021, a Companhia não recebeu qualquer pedido de instalação de conselho fiscal pelos acionistas.

3. Desempenho econômico-financeiro

(Em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020	Variação %
Receita operacional bruta	86.128	79.883	7,8%
(-) Deduções da receita operacional	(4.175)	(3.869)	7,9%
Receita operacional líquida	81.953	76.014	7,8%
(-) Custos operacionais	(19.641)	(35.851)	-45,2%
Lucro bruto	62.312	40.163	55,1%
(-) Despesas/receitas operacionais	(4.655)	(3.093)	50,5%
(-) Despesas/receitas financeiras	(10.897)	(8.455)	28,9%
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	46.760	28.615	63,4%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(5.904)	(2.528)	133,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.433)	-	100,0%
Lucro líquido do exercício	34.423	26.087	32,0%
Ativo total	871.928	385.926	125,9%
Investimentos	316.384	307.073	3,0%

(*)Refere-se aos montantes de imobilizado e intangível

Comentários relevantes

A Companhia registrou Receita operacional líquida de R\$ 81.953 no exercício de 2021, em comparação aos R\$ 76.014 no exercício de 2020. O aumento de 7,8% de um exercício para o outro ocorreu principalmente pela atualização do índice dos contratos de energia elétrica no ambiente regulado e liquidações na Camara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Os custos operacionais do exercício de 2021 apresentam redução de 45,2% se comparado com o exercício de 2020, justificado principalmente pelo reconhecimento da recuperação de custos proveniente da extensão da concessão e pela compra de energia elétrica. As despesas do exercício de 2021 apresentam aumento de 50,5% quando comparado ao exercício de 2020 justificada pelo aumento na linha de serviços de terceiros.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho*Foz do Rio Claro Energia S.A.
Demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2021*

O resultado financeiro apresenta aumento de 28,9 % se comparado ao exercício de 2020, justificado principalmente pelo juros da 1ª emissão de debentures.

O imposto de renda e contribuição social correntes apresentam variações de acordo com a receita, visto que a Companhia é enquadrada no regime presumido. O imposto de renda e contribuição social diferidos estão relacionados ao reconhecimento da extensão da concessão que será realizado de mensalmente de forma linear até o final da concessão a partir de 2022, momento onde a Companhia passará de lucro presumido para lucro real.

EBITDA

(Em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro do período	34.423	26.087
(+) Resultado financeiro	10.897	8.455
(+) Depreciação e amortização (*)	10.258	10.087
(+) IR/CS correntes	5.904	2.528
(+) IR/CS diferidos	6.433	-
(=) EBITDA	67.915	47.157

(*) Valor composto por depreciação, amortização e amortização do UBP – Uso do Bem Público.

Endividamento

(Em milhares de Reais, exceto índice de endividamento líquido)

	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos (líquidos dos custos a amortizar)		
Circulante	(12.491)	(17.829)
Não circulante	(600.039)	(91.763)
Dívida total	(612.530)	(109.592)
Caixa e equivalentes de caixa, investimento de curto prazo e títulos valores mobiliários	543.091	66.963
Dívida líquida	(69.439)	(42.629)
Patrimônio líquido	229.366	203.288
Índice de endividamento líquido	0,30	0,21

4. Capital humano

Em consonância aos objetivos estratégicos estabelecidos, a Companhia promove o desenvolvimento profissional e a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores por meio de ações e concessão de benefícios, com um relacionamento claro e transparente, e com o envolvimento dos colaboradores para que entendam seu papel no cumprimento das metas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho*Foz do Rio Claro Energia S.A.
Demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2021*

O capital humano constitui ferramenta valiosa para o sucesso dos negócios da Companhia, e em 31 de dezembro de 2021 a Companhia mantinha em seu quadro 24 colaboradores.

5. Responsabilidade sócio ambiental

A Companhia tem um comprometimento social e acredita na construção de uma sociedade mais justa e humana. Desta forma, está engajada no desenvolvimento de projetos sociais e ambientais que levam melhorias significativas às vidas dos membros da comunidade onde atua, tais como: ações voltadas ao incentivo cultural, desenvolvimento social e econômico da região.

Abaixo destacamos alguns dos programas já realizados:

Programa de resgate de fauna;
Programa de recuperação de áreas degradadas;
Programa de monitoramento climatológico;
Programa de monitoramento sismológico; e
Programa de comunicação social e educação ambiental.

Abaixo destacamos os principais projetos em andamento:

Programa de Gestão Ambiental;
Programa de monitoramento limnológico e da qualidade de água;
Programa de monitoramento e conservação da ictiofauna;
Transposição manual de peixes;
Programa de monitoramento e controle do mexilhão-dourado;
Programa de monitoramento hidrossedimentológico;
Programa plano ambiental de conservação e uso do entorno do reservatório artificial (PACUERA); e,
Programa monitoramento fauna.

6. Auditoria Independente

Em atendimento à instrução CVM nº 381/2003, informamos que contratamos a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. (“EY”) para prestação dos serviços de auditoria das nossas demonstrações contábeis, bem como de revisões das informações trimestrais (“ITR”), preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Adotamos o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, sendo os serviços prestados pela EY foram contratados para o exercício de 2019 até 2021.

Mensagem final

Finalmente, queremos deixar nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, seguradoras, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

A Diretoria

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Contexto operacional

A Foz do Rio Claro Energia S/A (Companhia), é uma “SPE - Sociedade de Propósito Específico” e foi constituída em 16 de janeiro de 2006 com a finalidade de explorar o potencial de energia hidrelétrica localizado no Rio Claro, Municípios de São Simão e Caçu, no Estado de Goiás, denominado Usina Hidrelétrica Engº José Luiz Muller de Godoy Pereira (antiga Foz do Rio Claro), bem como das respectivas instalações de interesse restrito à central geradora e a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

O Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Despacho nº 2.252 de 4 de agosto de 2010, liberou a unidade geradora UG1, de 34.200 kW de capacidade instalada da UHE Engº José Luiz Muller de Godoy Pereira (antiga Foz do Rio Claro), para início da operação comercial a partir de 5 de agosto de 2010, quando a energia produzida pela unidade geradora passou à estar disponível ao sistema. Em 1º de dezembro de 2010, por meio do Despacho nº 3.682, foi liberada a unidade geradora UG2, de 34.200 kW de capacidade instalada, para início da operação comercial a partir de 2 de dezembro de 2010, quando a energia produzida pela unidade geradora passou à estar disponível ao sistema.

O Contrato de Concessão de Serviço Público para Geração de Energia Elétrica nº 005/2006-MME-UHE FOZ DO RIO CLARO, datado de 15 de agosto de 2006, celebrado com a União por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL outorgou à Companhia a concessão de Serviço de Geração de Energia Elétrica pelo prazo de 35 anos (até 14 de agosto de 2041), que consiste na exploração do potencial de energia hidrelétrica localizado no Rio Claro e com potência instalada mínima de 68,4 MW, sem previsão atual na legislação de prorrogação.

O contrato de concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, mediante indenização dos investimentos em imobilizado realizados e ainda não depreciados.

A Companhia efetua mensalmente o pagamento pelo uso do bem público conforme descrito na nota explicativa nº 11.

A Companhia está em plena operação comercial, conforme abaixo:

Unidades geradoras	Início da operação comercial	Início da operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência instalada (MW)	Garantia física total (MW médios)
1ª	05 de agosto de 2010	04 de agosto de 2010	nº 2.252	34,2 MW (megawatts)	19,5 MW (megawatts)
2ª	02 de dezembro de 2010	01 de dezembro de 2010	nº 3.682	34,2 MW (megawatts)	19,5 MW (megawatts)
				68,4 MW (megawatts)	39 MW (megawatts)

Notas Explicativas

Impactos do COVID 19

Desde o início da pandemia e até o momento a Administração da Companhia tem adotado medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão e usinas, e observando as recomendações das autoridades sanitárias em localidade em que atua.

Em 2020 foi criado o Comitê de Crise Emergencial, responsável pelo Planejamento de Contingências para lidar com a situação, e a Comissão Interna de Controle de Infecção, com a contratação de profissional especializado (médico infectologista) para que nos dê assessoria e estabeleça protocolos. Tanto o Comitê, quanto a Comissão Interna têm acompanhado toda a situação e tem tomado medidas de caráter preventivo de acordo com cada estágio da pandemia.

A partir de 18 de outubro de 2021, os(as) colaboradores(as) do Escritório Corporativo iniciaram a retomada do trabalho presencial na modalidade de Trabalho Híbrido e de forma flexível, seguindo um protocolo rigoroso de cuidados e prevenção à COVID-19, de acordo com o Plano de Retomada das Atividades Presenciais, definido pela Comissão Interna de Controle de Infecção e aprovado pelo Comitê de Crises, cujas principais orientações são: revezamento de colaboradores(as) em regime de escala, sendo três dias de forma presencial e dois dias em *home office* (trabalho remoto); estabelecimento de horários flexíveis para jornada de trabalho e refeições; uso obrigatório de máscaras durante toda a interação presencial; testagem semanal no primeiro dia de trabalho no escritório; distanciamento das estações de trabalho e demais ambientes do escritório (copas, banheiros); restrições de utilização de salas de reunião e incentivo à realização de reuniões de forma virtual, e realização de treinamento específico sobre os cuidados e regras de comportamento esperado durante a retomada e enquanto perdurar o alerta contra a COVID-19.

Em relação aos saldos contábeis, foram avaliados os possíveis impactos, divulgados a seguir:

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente dos mesmos, a Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem baixo risco de volatilidade, tendo em vista seu perfil conservador.

Os negócios da Companhia apresenta receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação na inadimplência em decorrência da COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2021 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação ou alteração nas premissas contábeis utilizadas nas estimativas efetuadas pela Companhia.

Notas Explicativas

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações s contábeis intermediárias

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 04 de março de 2022.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros mensurados a valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essas demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos.

Notas Explicativas

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações s contábeis intermediárias – Continuação

2.4 Uso de estimativas e julgamentos - Continuação

As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que representam risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às demonstrações contábeis nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 - Contas a receber de clientes: Valores referentes a receitas não faturadas de comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”);
- Nota 13 - Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: disponibilidade de lucro tributável no futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados. Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos: passivo referem-se ao reconhecimento sob a extensão da concessão que será realizado mensalmente de forma linear até o final da concessão
- Nota 14 - Provisões para contingências: reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda.

3 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

3.1 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através dos resultados), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Notas Explicativas

3 Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

Classificação e mensuração subsequente

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma que atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

- Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros e ganhos e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Notas Explicativas

3 Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram inicialmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, e é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativo Financeiro

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas Explicativas

3 Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.2 Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros

A Companhia avalia a necessidade do reconhecimento de provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros terão problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Notas Explicativas

3 Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

A Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa – UGC). A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia.

3.3 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.4 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, as quais estão alinhadas com os termos da Resolução ANEEL nº 674/2015.

Notas Explicativas

3 Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.5 Intangível

O ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômico.

Uso do bem Público - UBP: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico. O registro desta obrigação ocorre na data da Licença de Instalação - LI (04 de junho de 2008), a valor presente, e a contrapartida na conta de Uso do Bem Público no Passivo. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão.

Extensão da concessão: A Administração assinou os Termos de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga em novembro de 2021, conforme divulgado em nota explicativa 9, sendo reconhecido um intangível de extensão da concessão, cuja contrapartida está em recuperação de custo – extensão da concessão e será amortizado de forma linear durante o período remanescente da concessão, até dezembro de 2046.

3.6 Tributação

Tributos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; e
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%.

Esses tributos são reconhecidos com base no regime de competência. São deduzidos da Receita de geração de energia elétrica, as quais são apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social – correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas pelas alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

Notas Explicativas

3 Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.6 Tributação - Continuação

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no passivo referem-se ao reconhecimento sob a extensão da concessão que será realizado mensalmente de forma linear até o final da concessão a partir de 2022, momento onde a Companhia passará de lucro presumido para lucro real.

3.7 Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

Os valores das obrigações a serem aplicadas nos programas de P&D, são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia têm a obrigação de aplicar 0,40% da Receita operacional líquida ajustada, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC e baixados conforme realização dos projetos.

3.8 Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica

A Companhia, em conformidade com a Lei 9427/1996, recolhe a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido. O registro é feito mensalmente, por competência, no resultado da Companhia.

3.9 Receita de geração de energia elétrica

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) satisfação as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Notas Explicativas

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

3.9 Receita de geração de energia elétrica - Continuação

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia vende a energia produzida no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, a comercialização da energia elétrica ocorre para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia. Neste ambiente foi destinado 100% da garantia física, equivalente a 39 MW médios, cujo o preço médio de venda atualizado em dezembro de 2021 é de R\$ 236,14 MW/h (R\$ 224,98 MW/h em 2020), reajustado pelo IPCA pelo período de suprimento de 35 anos contados a partir de agosto de 2006.

(ii) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE (Método de Realocação de Energia), é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

3.10 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são desembolsos diretamente atrelados à obtenção de recursos financeiros.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

3.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo e de curto prazos são ajustados a valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

3.12 Informação por segmento

A Companhia é administrada com uma única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente e consequentemente tem um único segmento que a Administração da Companhia utiliza para analisar seu desempenho operacional e financeiro. As operações da Companhia são realizadas em território nacional.

3.13 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2021 a norma abaixo, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

- Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.

Novas normas e interpretações ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas, mas ainda não obrigatórias até a data de emissão dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão descritas a seguir:

A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas.

- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações serão válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023;
- Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023;
- Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. As alterações são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração	31/12/2021	31/12/2020
Fundo fixo	-	4	4
Banco conta movimento	-	2.418	2.708
Aplicações financeiras automáticas	20,00 % do CDI	29	57.291
		2.451	60.003

As aplicações financeiras de liquidez imediata referem-se a aplicações automáticas vinculadas à conta corrente remunerada pela variação do CDI, não ocorrendo, portanto, risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

Notas Explicativas

5 Investimentos de curto prazo

	Remuneração	31/12/2021	31/12/2020
Fundo de Investimento - STA Energia	106,6 % do CDI	540.640	-

A Companhia aplica seus recursos no Fundo de Investimento STA Energia, cujo o objetivo é buscar retorno por meio de investimentos, majoritariamente, em operações compromissadas e títulos públicos. Os montantes são mensurados ao valor justo por meio do Resultado.

6 Títulos e valores mobiliários

Instituição	31/12/2021	31/12/2020
BNDES	-	6.960

Referem-se a valores mantidos para constituição de conta reserva definida no contrato de financiamento da Companhia com o BNDES. Esta conta consiste na obrigação de manter, no mínimo, três prestações do financiamento retidas.

Em 19 de outubro de 2021 a Companhia quitou os contratos de financiamento do BNDES, e o termo de quitação foi emitido em 05 de novembro de 2021, quando a Companhia obteve anuência para resgatar o montante mantido na conta reserva.

7 Contas a receber de clientes

	31/12/2021	31/12/2020
Suprimento de energia elétrica - Ambiente regulado	9.682	8.914
Suprimento de energia elétrica - CCEE	499	1.254
	10.181	10.168

Os montantes de suprimento de energia elétrica são constituídos pelos valores faturados em aberto que serão recebidos a partir dos meses subsequentes ao fato gerador, conforme definido no contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado.

Os valores da rubrica “Suprimento de energia elétrica - CCEE” referem-se a valores a receber e aos montantes estimados e não faturados, que serão liquidados no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, visto que não há histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber de clientes.

Notas Explicativas

8 Imobilizado

A composição e movimentação do custo do imobilizado e da depreciação é a seguinte:

	Taxa média anual de depreciação	31/12/2020	Adições	Baixa	Outros	Transferências	31/12/2021
Em serviço							
Terrenos	-	8.771	-	-	(25)	-	8.746
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2%	121.767	-	-	-	-	121.767
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2%	99.029	-	-	-	-	99.029
Máquinas e Equipamentos	3%	169.004	190	-	-	-	169.194
Veículos	15%	60	-	-	-	-	60
Móveis e Utensílios	9%	53	-	-	-	-	53
Direito de Uso sobre Arrendamento	9%	320	-	-	464	-	784
Em curso		4.701	-	-	(357)	-	4.344
Total do custo do imobilizado		403.705	190	-	82	-	403.977
Depreciação							
Reservatórios, Barragens e Adutoras		(27.718)	(2.664)	-	-	-	(30.382)
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		(21.098)	(2.024)	-	-	-	(23.122)
Máquinas e Equipamentos		(52.983)	(5.246)	-	-	-	(58.229)
Veículos		(58)	(2)	-	-	-	(60)
Móveis e Utensílios		(30)	(2)	-	-	-	(32)
Direito de Uso sobre Arrendamento		(142)	(110)	-	-	-	(252)
Total da depreciação		(102.029)	(10.048)	-	-	-	(112.077)
Total do imobilizado líquido		301.676	(9.858)	-	82	-	291.900

*Outros refere-se a remensuração de arrendamentos.

	Taxa média anual de depreciação	31/12/2019	Adições	Baixa	Transferências	31/12/2020
Em serviço						
Terrenos	-	8.746	-	-	25	8.771
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2%	120.376	-	-	1.391	121.767
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2%	99.029	-	-	-	99.029
Máquinas e Equipamentos	3%	168.931	94	(21)	-	169.004
Veículos	15%	60	-	-	-	60
Móveis e Utensílios	9%	55	-	(2)	-	53
Direito de Uso sobre Arrendamento	9%	325	-	(5)	-	320
Em curso		4.425	1.692	-	(1.416)	4.701
Total do custo do imobilizado		401.947	1.786	(28)	-	403.705
Depreciação						
Reservatórios, Barragens e Adutoras		(25.053)	(2.665)	-	-	(27.718)
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		(19.073)	(2.025)	-	-	(21.098)
Máquinas e Equipamentos		(47.758)	(5.228)	3	-	(52.983)
Veículos		(51)	(7)	-	-	(58)
Móveis e Utensílios		(29)	(3)	2	-	(30)
Direito de Uso sobre Arrendamento		(73)	(69)	-	-	(142)
Total da depreciação		(92.037)	(9.997)	5	-	(102.029)
Total do imobilizado líquido		309.910	(8.211)	(23)	-	301.676

O saldo remanescente de imobilizado em curso em 31 de dezembro de 2021 refere-se a montantes em discussões judiciais de âmbito fundiário.

Notas Explicativas

8 Imobilizado - Continuação

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não identificou indicadores de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado. A Companhia avaliou os impactos do COVID-19, atualmente disponíveis, em suas projeções e não observou impactos relevantes que resultassem em uma mudança significativa no cenário projetado para recuperabilidade dos ativos.

9 Intangível

A composição e movimentação do custo do intangível e da amortização é a seguinte:

	Taxa média anual de amortização	31/12/2020	Adições	31/12/2021
<u>Em serviço</u>				
Servidões (i)	0%	4.303	-	4.303
Software	20%	112	-	112
Outros intangíveis	19%	187	-	187
Uso do bem público (ii)	3%	2.593	362	2.955
Extensão da concessão (iii)	-	-	18.921	18.921
Em curso	-	-	14	14
Total do custo do intangível		7.195	19.297	26.492
<u>Amortização</u>				
Software		(83)	(78)	(161)
Outros intangíveis		(186)	-	(186)
Uso do bem público - UBP		(1.529)	(7)	(1.536)
Extensão da Concessão		-	(125)	(125)
Total da amortização		(1.798)	(210)	(2.008)
Total do intangível líquido		5.397	19.087	24.484

	Taxa média anual de amortização	31/12/2019	Adições	31/12/2020
<u>Em serviço</u>				
Servidões (i)	0%	4.303	-	4.303
Software	20%	101	11	112
Outros intangíveis	19%	187	-	187
Uso do bem público (ii)	3%	2.593	-	2.593
Total do custo do intangível		7.184	11	7.195
<u>Amortização</u>				
Software		(77)	(6)	(83)
Outros intangíveis		(186)	-	(186)
Uso do bem público - UBP		(1.446)	(83)	(1.529)
Total da amortização		(1.709)	(89)	(1.798)
Total do intangível líquido		5.475	(78)	5.397

Notas Explicativas

9 Intangível - Continuação

(i) Servidões referem-se a uma faixa de terra desapropriada por poder maior para realização de passagem das torres e linhas de transmissão que interligam a rede de energia. Conforme manual de controle patrimonial do setor elétrico, servidões não tem depreciação.

(ii) Passivo relacionado ao Uso do Bem Público

	31/12/2019	Ajuste AVP	Pagamentos	Transferência	31/12/2020	Adição	Ajuste AVP	Pagamentos	Transferência	31/12/2021
Passivo circulante	451	-	(446)	445	450	-	-	(466)	466	450
Passivo não circulante	3.646	327	-	(445)	3.528	362	840	-	(466)	4.264
Total	4.097				3.978					4.714

O montante registrado como “Uso do bem público” refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico. O valor é estabelecido em contrato de concessão atualizado, e descontado a valor presente. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão. Para fins de reconhecimento inicial foi mensurado pelo custo histórico.

Em relação a obrigação de uso do bem publico, conforme estabelecido no contrato de concessão, refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico, no qual a Companhia recolherá as parcelas mensais à União, equivalentes a 1/12 (um doze avos) do valor anual de R\$ 214 (valor original na data base de agosto de 2010, atualizado anualmente pelo IPCA) até o 40º ano da concessão.

Em 2021 a Companhia reconheceu a extensão da concessão, o prazo de direito de uso de exploração passou a ser dezembro de 2046, gerando assim um aumento de R\$ 362 no saldo de Uso do Bem Público.

(iii) Extensão da concessão

Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que estabelece novas condições para repactuação do risco hidrológico assumido pelas usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). O objetivo é compensar as usinas hidrelétricas por tais riscos cujos efeitos estão relacionados à antecipação da garantia física dos empreendimentos de geração denominados estruturantes, bem como do atraso na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração de energia desses empreendimentos, além da geração térmica fora da ordem de mérito.

Essa Lei foi regulamentada pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 895 de 1º de dezembro de 2020, que estabeleceu a metodologia de cálculo das compensações a serem pagas aos geradores hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), considerando a geração potencial de energia elétrica dos empreendimentos estruturantes, caso não houvesse restrição ao escoamento da energia, e o preço da energia no mercado de curto prazo no momento da restrição.

Em 14 de setembro de 2021, a ANEEL emitiu a Resolução Homologatória nº 2.932 que homologou o prazo de extensão da outorga somente das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE e que possuíam contratos de venda de energia no ambiente de contratação regulado com extensão do seguinte prazo e valor:

Notas Explicativas

9 Intangível - Continuação

Extensão do prazo de ortorga (dia)	Valor (R\$ mil)
1.953	18.921

A Administração assinou os Termos de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e encaminhou à ANEEL em 5 de novembro de 2021, após aprovação dos seus órgãos de governança, efetuou o reconhecimento dos direitos de extensão relativos a suas respectivas outorgas em novembro de 2021, sendo reconhecido um intangível de extensão da concessão, cuja contrapartida está em recuperação de custo – extensão da concessão e será amortizado de forma linear durante o período remanescente da concessão, até dezembro de 2046.

10 Fornecedores

	31/12/2021	31/12/2020
Custo do uso do serviço de transmissão	619	551
Materiais e serviços	1.239	5.023
Retenção contratual	336	196
Compra de energia	149	1.499
	2.343	7.269

11 Empréstimos e financiamentos

(a) O saldo de empréstimos e financiamentos é composto da seguinte forma:

			31/12/2021			31/12/2020		
Encargos	Vencimento		Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas	Total
Circulante								
BNDES	TJLP + 2,44%	15/03/2027	-	-	-	17.452	328	17.780
1º Emissão de Debêntures	100% da taxa DI +1,70% a.a.	15/09/2028	-	12.513	12.513	-	-	-
(-) custo de captação - a apropriar	-	15/09/2028	(79)	-	(79)	-	-	-
Total			(79)	12.513	12.434	17.452	328	17.780
Não circulante								
BNDES	TJLP + 2,44%	15/03/2027	-	-	-	91.621	-	91.621
1º Emissão de Debêntures	100% da taxa DI +1,70% a.a.	15/09/2028	600.000	-	600.000	-	-	-
(-) custo de captação - a apropriar	-	15/09/2028	(453)	-	(453)	-	-	-
Total			599.547	-	599.547	91.621	-	91.621
Total geral			599.468	12.513	611.981	109.073	328	109.401

Notas Explicativas

11 Empréstimos e financiamentos - Continuação

BNDES

O financiamento junto ao BNDES teve como finalidade a construção e a implantação da linha de transmissão para conexão do Sistema Interligado Nacional da Usina Hidrelétrica Engº José Luiz Muller de Godoy Pereira. Tem como garantia o penhor de ações da Alupar Investimento S.A. na Foz do Rio Claro Energia S/A., penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão e penhor dos direitos de crédito e Garantia - reserva de meios de pagamento (CCVE– Contratos de compra e venda de energia, CCEAR – Contratos de compra de energia no ambiente regulado, e outras).

O contrato de financiamento foi assinado em 9 de abril de 2008, e os recursos relacionados a este financiamento foram liberados pelo BNDES entre o período de junho de 2008 a agosto de 2010. Este contrato de financiamento possui as seguintes condições contratuais iniciais: remuneração pela TJLP acrescido de juros de 2,44% ao ano, e amortização do principal e encargos em 192 parcelas mensais e consecutivas, vencendo a primeira em 15 de agosto de 2010.

Adicionalmente, foram efetuados três aditivos contratuais, relacionados abaixo:

1. aditivo contratual ocorrido em 2 de junho de 2010: inclusão do acionista FI-FGTS como interveniente no contrato de financiamento.
2. aditivo contratual ocorrido em 12 de julho de 2010: alteração da conta centralizadora a ser utilizada para liquidação do financiamento.
3. aditivo contratual ocorrido em 16 de novembro de 2010: alteração do vencimento da primeira parcela do principal e encargos passou a ser em 15 de abril de 2011. As quantidades de parcelas de amortização não foram alteradas, sendo o vencimento final deste contrato em 15 de março de 2027.

A Companhia possuía os seguintes *covenants* estabelecidos em seu contrato de financiamento, apurados e exigidos anualmente:

- Índice de capitalização $\geq 25\%$
- Índice de cobertura de serviço da dívida $\geq 1,2$

Em 31 de dezembro de 2020 a companhia atendeu o Índice de Capitalização e o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

Em 19 de outubro de 2021 a Companhia realizou a quitação dos contratos de financiamento de BNDES no valor de R\$ 95.649.

Notas Explicativas**11 Empréstimos e financiamentos - Continuação****1ª emissão de debêntures**

Em 15 de setembro de 2021 foi efetuada a primeira emissão de R\$ 600.000 (seiscentos milhões de reais), em debêntures simples não conversíveis em ações com valor unitário de R\$ 1.000, onde os recursos foram transferidos para a Companhia no dia 08 de outubro de 2021. A Alupar é garantidora da Companhia. A remuneração das debêntures contempla juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia + 1,70% a.a, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil.

As amortizações são em três parcelas anuais e sucessivas, sendo a primeira parcela devida em 15 de setembro de 2026, e o vencimento da dívida se dará em 15 de setembro de 2028. De acordo com cláusula 4, item 4.14 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª emissão de Debêntures, não haverá repactuação programada das Debêntures.

As debêntures possuem cláusulas restritivas (“covenants”) a serem apuradas pela fiadora e apresentadas trimestralmente ao agente fiduciário (Pentágono S.A.Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários).

A Companhia mantém acompanhamento de todas as obrigações definidas na escritura de emissão.

- (b) As movimentações de empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

	31/12/2020	Ingresso de dívidas	Encargos de dívidas	Amortização de Principal	Amortização de Juros	31/12/2021
BNDES	109.401	-	6.737	(109.073)	(7.065)	-
1ª Emissão de Debêntures	-	600.000	12.513	-	-	612.513
(-) custo de captação - a apropriar	-	(549)	17	-	-	(532)
	109.401	599.451	19.267	(109.073)	(7.065)	611.981

	31/12/2019	Ingresso de dívidas	Encargos de dívidas	Amortização de Principal	Amortização de Juros	31/12/2020
BNDES	113.594	-	7.940	(8.115)	(4.018)	109.401

- (c) Em 31 de dezembro de 2021, as parcelas relativas ao financiamento classificados no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	2023	2024	2025	2026	Após 2026	Dívida Total
Principal	-	-	-	150.000	450.000	600.000
(-) custo de captação - a apropriar	(79)	(79)	(79)	(79)	(137)	(453)
	(79)	(79)	(79)	149.921	449.863	599.547

Notas Explicativas**12 Tributos e contribuições sociais a recolher**

	31/12/2021	31/12/2020
<u>Tributos e contribuições sociais a recolher</u>		
Impostos de Renda sobre o Lucro Líquido - IRPJ	2.386	857
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.296	461
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	105	153
Programa de Integração Social - PIS	184	183
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	848	844
Outros	60	86
	4.879	2.584

13 Imposto de renda e contribuição social diferido

	Nota	Saldo em 31/12/2019	Reversão	Saldo em 31/12/2020	Constituição/ realização	Saldo em 31/12/2021
<u>Ativo (i)</u>						
Imposto de renda diferido		309	-	309	-	309
Contribuição social diferida		111	-	111	-	111
Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativos		420	-	420	-	420
		Saldo em 31/12/2019	Realização	Saldo em 31/12/2020	Constituição/ realização	Saldo em 31/12/2021
<u>Passivo (ii)</u>						
Base de cálculo - extensão da concessão		-	-	-	18.921	
Imposto de renda diferido	21	-	-	-	(4.730)	(4.730)
Contribuição social diferida	21	-	-	-	(1.703)	(1.703)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - passivos		-	-	-	(6.433)	(6.433)
Total de Imposto de renda e contribuição social diferidos		420	-	420	(6.433)	(6.013)

(i) Ativo

Este saldo é composto por prejuízos fiscais acumulados, cuja recuperabilidade foi estimada por projeções elaboradas pela Companhia, e são revisadas anualmente, quanto à evolução positiva dos resultados futuros.

(ii) Passivo

Este saldo é composto pelo reconhecimento da extensão da concessão, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9, cujo os valores são amortizados mensalmente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram contabilizados seguindo o critério descrito na nota extrínseca nº3.6.

Notas Explicativas

13 Imposto de renda e contribuição social diferido - Continuação

A estimativa das parcelas de realização do passivo diferido é conforme o mapa abaixo:

	2022	2023	2024	2025	Após 2025	Total
Estimativa de realização IRPJ diferido - Prejuízo fiscal	309	-	-	-	-	309
Estimativa de realização CSLL diferida - Prejuízo fiscal	111	-	-	-	-	111

	2022	2023	2024	2025	Após 2025	Total
Estimativa de realização IRPJ diferido - Extensão da concessão	16	16	16	16	4.666	4.730
Estimativa de realização CSLL diferida - Extensão da concessão	6	6	6	6	1.679	1.703

14 Provisão para contingências

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constantes nos pareceres dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável.

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em nota explicativa, as demandas judiciais com probabilidade de perda possível cujo valor em risco da causa supere R\$1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

Não constam nas Notas Explicativas as demandas jurídicas cuja probabilidade de perdas sejam remotas.

(A) Perda provável: não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.

(i) Demandas cíveis: não existem demandas dessa natureza com risco provável de perda (um processo em 31 de dezembro de 2020 de valor em risco aproximado de R\$ 5.508, ações de execução propostas pela Contrutura Triunfo conta a Companhia, na qual a autora requeria a revisão do contrato de prestação de serviços, os mesmos foram arquivados após acordo celerado e liquidado em janeiro de 2021). O valor correspondente a R\$ 2.506 do montante das contendas cíveis, os quais já possuem notas fiscais emitidas, estavam registradas na rubrica de Fornecedores.

Notas Explicativas**14 Provisão para contingências - Continuação**

(ii) Demandas trabalhistas: não existem demandas dessa natureza com risco provável de perda (um processo em 31 de dezembro de 2020 de valor em risco aproximado de R\$ 28).

	31/12/2019	Ingressos	Reversões	31/12/2020	Reversões	Pagamento	31/12/2021
Processos judiciais							
Trabalhista	589	-	(561)	28	(28)	-	-
Cível	1.693	1.309	-	3.002	-	(3.002)	-
	2.282	1.309	(561)	3.030	(28)	(3.002)	-

(B) Perda possível: embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados pela Companhia, no exercício findo de Em 31 de dezembro de 2021 merecem destaques as seguintes demandas:

(i) Demandas tributárias: atualmente existem treze processos de natureza tributária (treze em 31 de dezembro de 2020), com valor em risco aproximado em R\$ 2.668 (R\$ 1.204 em 31 de dezembro de 2020).

(ii) Demandas cíveis: não existem demandas dessa natureza com risco possível de perda que na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio. (três em 31 de dezembro de 2020 com risco aproximado de R\$ 21.693), ações de execução propostas pela Contrutura Triunfo conta a Companhia, na qual a autora requeria a revisão do contrato de prestação de serviços, os mesmos foram arquivados após acordo celerado.

(iii) Demandas trabalhistas: não existem demandas dessa natureza com risco possível de perda que na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.

(iv) Demandas Trabalhistas/Arbitrais/Ambientais/Regulatórias: não existem demandas dessas naturezas com risco possível de perda que na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.

Notas Explicativas**15 Partes relacionadas****15.1 Transações com partes relacionadas**

Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos em aberto na data-base das demonstrações contábeis provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas são:

(A) Partes relacionadas: informações patrimoniais.

	31/12/2021	31/12/2020
<u>Passivo circulante - partes relacionadas</u>		
Dividendos declarados - Alupar Investimento S.A.	8.176	36.742
Dividendos declarados - FI - FGTS	-	15.871
Compra de Energia Elétrica - Alupar Investimento S.A.	149	-
Prestação de serviços - AF Energia S.A	147	-
Reembolso de despesas - Alupar Investimento S.A.	8	-
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/AF Energia S.A	57	49
	8.537	52.662

Passivo não circulante - partes relacionadas

Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/AF Energia S.A	492	142
--	-----	-----

(B) Partes relacionadas: informações do resultado.

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
<u>Custo - partes relacionadas</u>			
Compra de energia elétrica - Alupar Investimento S.A.	19	1.404	(53)
Prestação de serviços - AF Energia S.A (*)	19	1.754	(1.670)
		3.158	(1.723)

(*) A AF Energia S.A possui contrato de prestação de serviço com a Companhia com o objeto de serviços operação remota, que compreende, operação remota de equipamentos telecomandados da subestação como religadores, disjuntores e chaves seccionadas, controle do nível do reservatório, e acompanhamento por meio de interface de comunicação e de conversão de protocolos dos sistemas.

As transações comerciais entre partes relacionadas foram realizadas em condições acordados entre as partes.

Notas Explicativas**15 Partes relacionadas - Continuação****15.2 Garantias**

As transações de garantias estão abaixo relacionadas:

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida	Empresa Garantidora	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2021
01/09/21	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Debentures	Fiança prestada até a liquidação integral das Obrigações Garantidas na Debênture de Foz	15/09/21	15/09/28	600.000	602.590
15/03/19	Diretoria	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 10419030088600 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial em curso perante o Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de São Simão	15/03/19	15/03/22	1.512	1.609
03/12/12	Diretoria	Foz	Alupar	Fiança	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 100419110099700 - ONS	21/11/19	23/11/21	1.027	1.027

15.3 Remuneração da alta administração

De acordo o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração bem como sua distribuição.

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores estabelece uma remuneração fixa aos membros da Diretoria e aos membros do Conselho de Administração. O Conselho de Administração faz jus a remuneração equivalente até 10% daquela devida à Diretoria.

	31/12/2021	31/12/2020
Benefícios de curto prazo (a)	(280)	(205)
Remuneração do conselho	(58)	(41)
Total	(338)	(246)

- (a) Compostos por ordenados, salários, contribuições para benefícios como assistência médica, seguro de vida e vale refeição.

Notas Explicativas

16 Patrimônio líquido

16.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 168.270 e está representado por 108.708.978 ações nominativas, sendo 67.717.178 ações ordinárias e 40.991.800 ações preferenciais, sem valor nominal.

31/12/2021					
Ordinárias		Preferenciais		Total	
Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	
Acionistas					
Alupar Investimento S/A	67.717.177	100	40.991.800	100	108.708.977
AF Energia S.A.	1	0,00	-	-	1
Total das ações	67.717.178	100	40.991.800	100	108.708.978

	31/12/2020				
	Ordinárias		Pre ferenciais		Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade
Acionistas					
Alupar Investimento S/A	67.717.178	100	8.198.360	20	75.915.538
Fundo de Investimento - FGTS	-	-	32.793.440	80	32.793.440
Total das ações	67.717.178	100	40.991.800	100	108.708.978

Em 24 de agosto de 2021, a Companhia Alupar Investimento S/A exerceu o seu direito para aquisição da totalidade das ações preferenciais detidas pelo FI-FGTS. Com esta aquisição a participação a Companhia Alupar Investimento S/A elevou sua participação total de 69,83% (sessenta e nove, oitenta e três por cento) para 100,00% (cem por cento) do capital Social da Foz do Rio Claro.

Reserva de Lucros

a. Reserva legal

- 5% do lucro líquido anual apurado nos livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado, totalizando R\$ 7.067 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 5.346 em 31 de dezembro de 2020).

b. Lucros retidos

- Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação, totalizando R\$ 54.029 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 29.672 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas

16 Patrimônio líquido - Continuação

c. Dividendos

- Os dividendos propostos a serem pagos, fundamentado em obrigações estatutárias, são registrados no passivo circulante. O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Deste modo, no encerramento do exercício social, quando auferido lucro líquido no exercício, e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do período	34.423	26.087
Reserva legal	(1.721)	(1.304)
Subtotal	32.702	24.783
Dividendo mínimo obrigatório	(8.176)	(6.196)
Reserva de lucros	(24.526)	(18.587)
Saldo de lucros acumulados	-	-
Dividendo por ação ordinária	0,0752	0,0570
Dividendo por ação preferencial	0,0752	0,0570

17 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e ações preferenciais totais em circulação, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, conforme pronunciamento técnico CPC 41.

	31/12/2021	31/12/2020
Numerador		
Lucro líquido do exercício	34.423	26.087
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	67.717.178	67.717.178
Média ponderada do número de ações preferenciais	40.991.800	40.991.800
Resultado básico e diluído por ação ordinária R\$	0,3167	0,2400
Resultado básico e diluído por ação preferencial R\$	0,3167	0,2400

Notas Explicativas**18 Receita operacional líquida**

	31/12/2021	31/12/2020
Receita de geração de energia elétrica		
Suprimento de energia	80.676	76.998
Ajuste positivo CCEE	5.452	2.885
	86.128	79.883
Deduções		
PIS - Programa de integração social	(560)	(519)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social	(2.584)	(2.396)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(805)	(745)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(226)	(209)
	(4.175)	(3.869)
Receita operacional líquida	81.953	76.014

19 Custos e despesas operacionais

	Nota	31/12/2021		31/12/2020	
		Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais
Custos não gerenciáveis					
Encargos de uso da rede elétrica		(6.992)	-	(6.512)	-
Compensação financeira		(1.353)	-	(1.586)	-
Utilização do Bem Público - UBP		(78)	-	(83)	-
Doações, contribuições e subvenções		(19)	-	(71)	-
		(8.442)	-	(8.252)	-
Custos gerenciáveis					
Energia comprada para revenda		(7.570)	-	(6.605)	-
Energia comprada para revenda - Partes relacionadas	15.1	(1.404)	-	(53)	-
(-) Recuperação de custo - Extensão da concessão		18.921	-	-	-
Seguros		(5.343)	(4)	(4.223)	(2)
Alugueis		(55)	(25)	(52)	(16)
Pessoal		(1.369)	(1.710)	(1.200)	(1.875)
Honorários da diretoria e conselho de administração		-	(338)	-	(246)
Material		(658)	(21)	(718)	(14)
Serviços de Terceiros		(1.905)	(2.413)	(1.082)	(1.446)
Serviços de Terceiros - partes relacionadas	15.1	(1.754)	-	(1.670)	-
Provisão para contingências		28	-	(1.234)	485
Outros		(20)	(77)	(828)	(69)
Outras receitas		-	43	-	160
		(1.129)	(4.545)	(17.665)	(3.023)
Depreciação e Amortização		(10.070)	(110)	(9.934)	(70)
		(10.070)	(110)	(9.934)	(70)
Total		(19.641)	(4.655)	(35.851)	(3.093)

Os custos e despesas operacionais são classificados entre gerenciáveis e não gerenciáveis, em linha com os requerimentos regulatórios do setor elétrico.

Notas Explicativas

20 Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	9.578	92
Outras receitas financeiras	15	36
	9.593	128
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(19.251)	(7.940)
Variação monetária UBP	(840)	(327)
Outros	(399)	(316)
	(20.490)	(8.583)
Total líquido	(10.897)	(8.455)

21 Imposto de renda e contribuição social

Nota	31/12/2021		31/12/2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Apuração Lucro Presumido				
Faturamento e Liquidação CCEE	86.128	86.128	79.883	79.883
Presunção do lucro - 8% / 12%	6.890	10.335	6.391	9.586
Outras Receitas	-	-	160	160
Receita financeira	9.635	9.635	128	128
Base de cálculo IR e CS	16.525	19.970	6.679	9.874
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota de adicional IRPJ	10%	-	10%	-
	4.106	1.797	1.646	889
Outros ajustes	1	-	(5)	(2)
Total dos tributos correntes	4.107	1.797	1.641	887
Tributos Diferidos - Extensão da concessão	3.6	4.730	1.703	-
Total dos tributos	8.837	3.500	1.641	887
Alíquota efetiva	12,63%		8,83%	
LAIR	46.760	46.760	28.615	28.615

Notas Explicativas

22 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de crédito por meio de aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

22.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Encontram-se a seguir um sumário, por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações contábeis intermediárias.

	31/12/2021		31/12/2020			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
Ativo						
Caixa e bancos	2.422	2.422	2.712	2.712	-	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	29	29	57.291	57.291	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Investimentos de curto prazo	540.640	540.640	-	-	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Títulos e valores mobiliários	-	-	6.960	6.960	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	10.181	10.181	10.168	10.168	-	Custo amortizado
	553.272	553.272	77.131	77.131		
Passivo						
Fornecedores	2.343	2.343	7.269	7.269	-	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	611.981	611.981	109.401	109.401	-	Custo amortizado
Uso do bem público	4.714	4.714	3.978	3.978	-	Custo amortizado
	619.038	619.038	120.648	120.648		

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

O valor justo de caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, fornecedores e uso do bem público se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas.

1º emissão de debêntures: As debêntures são mensuradas por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Notas Explicativas

22 Instrumentos financeiros e gestão de riscos - Continuação

22.2 Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível I** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível II** - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- **Nível III** - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

22.3 Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros

Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2021, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%, conforme demonstrado abaixo:

		Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
Indexador	Posição em 31/12/2021	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Investimentos de curto prazo	CDI	5,32%	7,97%	10,63%	13,29%	15,95%
	540.640	28.735	43.103	57.470	71.838	86.205

				Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
	Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2021	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
1º Emissão de Debêntures				5,32%	7,97%	10,63%	13,29%	15,95%
	DI +	1,70%	611.981	43.483	60.023	76.563	93.103	109.643

Notas Explicativas

22 Instrumentos financeiros e gestão de riscos – Continuação

Gestão de riscos

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias, caso seja necessário, e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Risco Hidrológico

A combinação dos três fatores: (i) baixo nível de armazenamento de água nos reservatórios do Sistema Interligado Nacional - SIN (ii) permanência do atual cenário de despacho termoeletrico elevado e (iii) a obrigação de entrega da garantia física, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o Mecanismo de Realocação de Energia - MRE expõe a Companhia a um rateio com base no Preço de Liquidação das Diferenças - PLD, gerando um dispêndio com GSF (Generation Scaling Factor) para os geradores hidrelétricos. Para mitigar esses efeitos, em 14 de janeiro de 2016 a ANEEL, anuiu a repactuação do risco hidrológico da UHE Foz do Rio Claro, nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no Ambiente de Contratação Regulada - ACR no produto SP 100. A partir de julho de 2020 a Companhia passou a realizar o pagamento mensal do prêmio do seguro do risco hidrológico para a ANEEL.

Risco de Descontratação

Todos os recursos das hidrelétricas da Companhia estão vendidos no Ambiente Regulado de Contratação - ACR. A receita de geração está sujeita também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

Notas Explicativas**22 Instrumentos financeiros e gestão de riscos - Continuação*****Risco de liquidez***

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos. Nossa política de gerenciamento de riscos é aprovada pela Administração, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia na gestão desses riscos, determinando os limites financeiros e de exposição.

Adicionalmente, nossa gestão de riscos tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2021, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	2.343	-	-	-	-	2.343
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12.493	(59)	(79)	149.762	449.864	611.981
Total	14.836	(59)	(79)	149.762	449.864	614.324

Gestão de capital

A estrutura de capital foi determinada pelos estudos para a definição do negócio, bem como pelos limites de financiamentos estabelecidos pelos agentes financeiros.

	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos (líquidos dos custos a amortizar)		
Circulante	(12.491)	(17.829)
Não circulante	(600.039)	(91.763)
Dívida total	(612.530)	(109.592)
Caixa e equivalentes de caixa, investimento de curto prazo e títulos valores mobiliários	543.091	66.963
Dívida líquida	(69.439)	(42.629)
Patrimônio líquido	229.366	203.288
Índice de endividamento líquido	0,30	0,21

Notas Explicativas

23 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. A Companhia reconheceu no resultado o montante de R\$ 477 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 468 em 31 de dezembro de 2020) referente a benefícios.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

24 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumariza os riscos considerados e os correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2021.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Risco nomeado e operacional (*)	1.618.112	678	18/06/2022
Risco de responsabilidade civil geral	700.000	293	18/06/2022
Seguro de veículos	100% Tabela Fipe	6	19/06/2022
Total	2.318.112	977	

(*) Seguro de risco nomeado e operacional compreende em sua cobertura: prédios, maquinismos, móveis, equipamentos, mercadorias, matérias- primas e estruturas civis que façam parte do valor em risco declarado na Usina.

25 Eventos subsequentes

Conforme Assembleia Geral Extraordinária da Eólica do Agreste Potiguar I S.A. ("EAPI"), realizada em 06 de janeiro de 2022, a Foz do Rio Claro Energia S.A. ("Foz") realizou um aumento de capital no valor de R\$ 30.000, correspondente a 30.000.000 de ações ordinárias na EAPI, com renúncia expressa das demais acionistas da Companhia ao direito de preferência para subscrição destas ações. O aporte financeiro por parte da Foz foi realizado em 17 de janeiro de 2022. Com o aumento de capital realizado a acionista Alupar Investimento S.A. ("Alupar") passou a deter 42,67%, a AF 0,04% e a Foz 57,29% do capital social da EAPI.

Notas Explicativas

25 Eventos subsequentes – Continuação

Conforme Assembleia Geral Extraordinária da Eólica do Agreste Potiguar II S.A. (“EAPII”), realizada em 06 de janeiro de 2022, a Foz do Rio Claro Energia S.A (“Foz”) realizou um aumento de capital no valor de R\$ 60.000, correspondente a 60.000.000 de ações ordinárias na EAPII, com renúncia expressa das demais acionistas da Companhia ao direito de preferência para subscrição destas ações. O aporte financeiro por parte da Foz foi realizado em 17 de janeiro de 2022. Com o aumento de capital realizado a acionista Alupar Investimento S.A. (“Alupar”) passou a deter 36,79%, a AF 0,04% e a Foz 63,18% do capital social da EAPII.

* * *

Contadora

Patrícia N. S. Ferreira

CRC 1SP237063/O-2

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas da
Foz do Rio Claro Energia S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Foz do Rio Claro S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Empréstimos, financiamentos e debêntures e Cláusulas contratuais restritivas (“Covenants”)

Conforme divulgado na nota explicativa 11, a Companhia possui passivos financeiros significativos por contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, no montante de R\$ 611.981 mil. A Companhia está sujeita ao atendimento de determinados índices financeiros restritivos (“covenants financeiros”) em conexão com esses contratos.

O endividamento da Companhia, incluindo o atendimento aos índices financeiros contratados, foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista que o descumprimento desses índices financeiros e consequente mudança no cronograma de vencimento dessa dívida, pode ter efeitos relevantes sobre a situação patrimonial e financeira da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, o envio de cartas de confirmação às instituições financeiras, revisão dos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures e suas alterações, recálculo dos índices financeiros constantes das cláusulas restritivas, e avaliação da aderência aos requerimentos dos respectivos contratos de dívida e cumprimento dos covenants financeiros. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre o assunto, as quais se encontram na nota explicativa 11.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o endividamento e correspondentes covenants financeiros, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas

divulgações na nota explicativa 11 às demonstrações contábeis, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos

procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 04 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Eduardo Wellichen
Contador - CRC-1SP184050/O-6

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

São Paulo, 04 de março de 2022.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, VI DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Foz do Rio Claro Energia S/A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 07.823.262/0001-03 ("Companhia"), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Marcelo Patrício Fernandes Costa
Diretor Financeiro
Diretor de Relações com Investidores

Eduardo Henrique Alves Pires
Diretor Administrativo
Diretor Técnico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

São Paulo, 04 de março de 2022.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, V DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Foz do Rio Claro Energia S/A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 07.823.262/0001-03 (“Companhia”), nos termos do inciso V, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Marcelo Patrício Fernandes Costa
Diretor Financeiro
Diretor de Relações com Investidores

Eduardo Henrique Alves Pires
Diretor Administrativo
Diretor Técnico